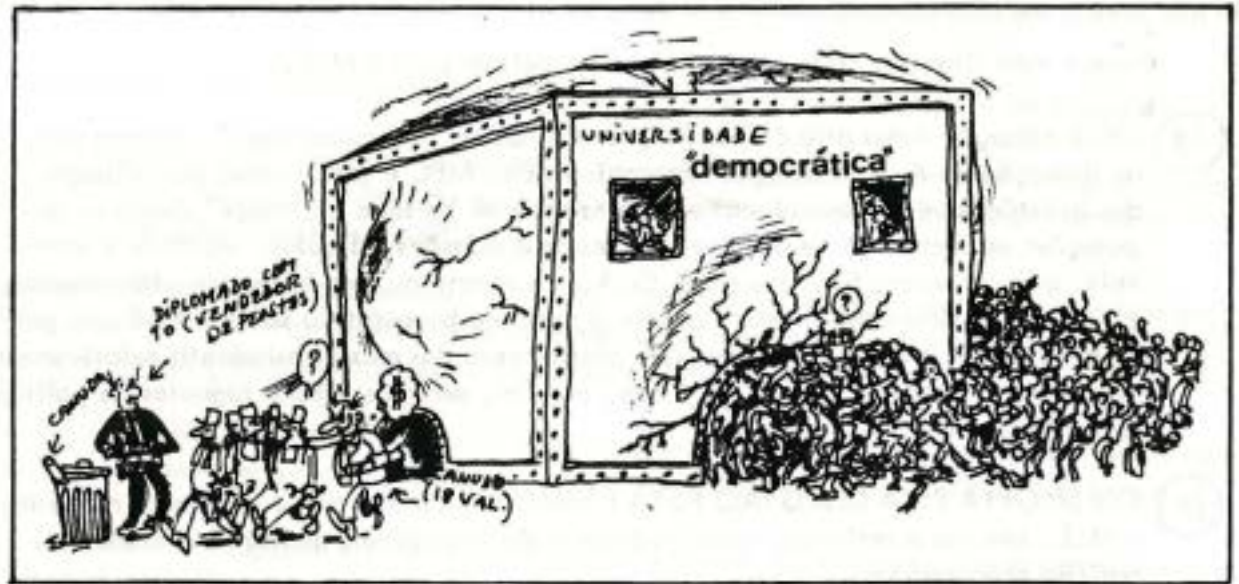
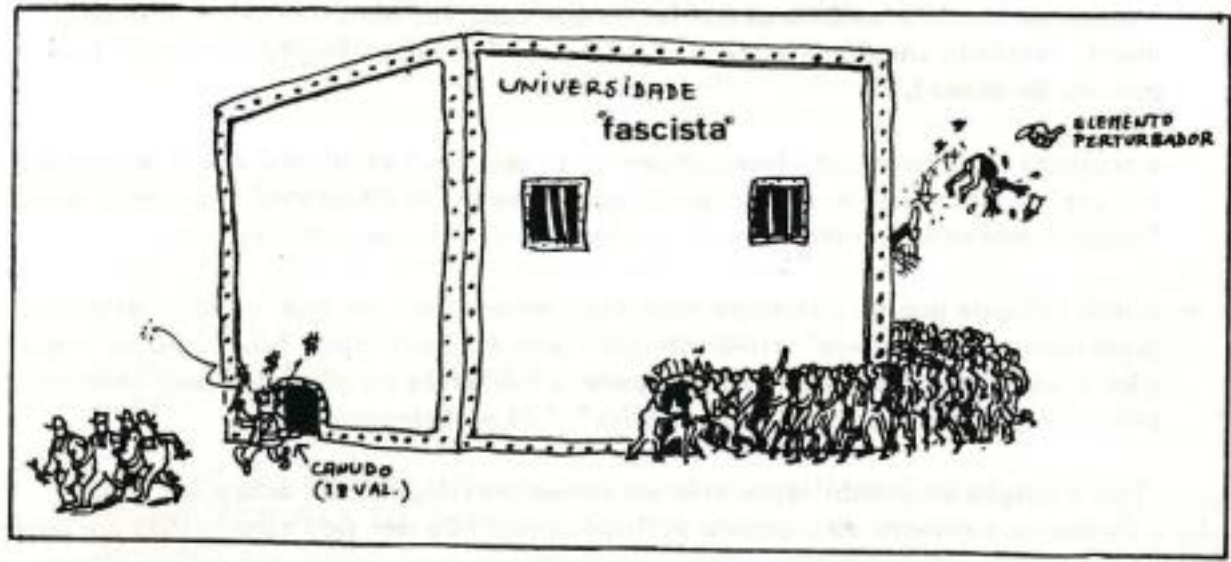


SOBRE O TRABALHO NOS CURSOS

1



NEIP

Qualquer proposta de trabalho para os cursos terá necessariamente que atentar à situação política que se vive. Esta pode resumir-se em:

- um desfasamento entre o poder político (controlado pelo capital financeiro e pelo bloco reformista) e o poder económico, ainda integralmente nas mãos do capital;
- a capacidade que as classes trabalhadoras têm demonstrado em desenvolver lutas autonomas, fora do controlo de partidos e sindicatos reformistas;
- o papel de travão e calúnia dessas lutas, que cada vez mais o reformismo desempenhará, tentando canalizá-las para as tarefas de "de reconstrução nacional" (sua palavra de ordem);
- o projecto de reconstrução (nomeadamente os aparelhos escolares) que o reformismo e o capital financeiro avançam (ainda que de maneiras diferentes) e que será feito fundamentalmente à custa de maior exploração das classes trabalhadoras;
- a instabilidade que se vive neste momento, em que, por um lado o bloco reformista tenta manter a "acalmia" até às eleições para A. Constituinte (seu ponto de actualização) e por outro, a direita tenta recuperar a iniciativa ao nível do poder político perdida aquando os golpes "Palma Carlos" "28 de Setembro".

Esta situação de instabilidade cria um campo privilegiado de actuações para o M.E. . Contudo, a riqueza do momento político actual não tem sido aproveitada por aquele e pelo contrário, assiste-se a uma desmobilização sem precedentes, mesmo em alturas de grande repressão, e em que há uma incapacidade quase total de uma prática de discussão que leve a um alinhamento com a luta das classes trabalhadoras.

Face a esta situação, três opções se podem definir para o M.E.:

- 1ª) OU a adopção duma atitude passiva, aceitando as "regras do jogo", delegando na direcção da A.E. a solução nos gabinetes do MEC e sem a nossa participação das questões que se nos colocam, sujeitando-nos "a tudo e a todos" desde as imposições da instituição e das autoridades às discussões ridículas, sectárias e estérteis, quantas vezes travadas em R.G.A.s e Meetings, sendo sempre ultrapassados pelos acontecimentos. Nesta hipótese o controle burocrático sobre o M.E. da parte de algumas ir-se-á acentuando, o afastamento das massas estudantis relativamente a ele irá ser cada vez maior, até que, por fim, seremos sempre joguetes da política governamental.
- 2ª) OU SE OPTA PELA DEMISSÃO PURA E SIMPLES, considerando que neste momento o M.E. tem características reaccionárias e são impossíveis quaisquer tomadas de posição progressistas.
- 3ª) OU a discussão sistemática dos problemas concretos que se nos colocam, de modo a interferirmos conscientemente no nosso quotidiano, criando espaços de discussão e processos de luta, radicando nos cursos esse esforço de análise e decisão colectiva e essa prática de alinhamento com a luta das classes trabalhadoras.



OPTAMOS PELA 3ª HIPÓTESE:

- SÓ assim, manteremos o Técnico como um espaço de permanente discussão e luta.
- SÓ assim, através da organização nos CURSOS, nos locais de trabalho, saberemos responder às questões que se nos forem colocando.
- SÓ assim, o alinhamento com a luta dos explorados e oprimidos será massiva e não de "quadros".
- SÓ assim, saberemos dizer NÃO às discussões estéreis e mediocres, dizendo SIM a uma verdadeira:

PRÁTICA ESTUDANTIL DE BASE

Justificamos esta opção por duas razões:

- pela necessidade de romper com o impasse em que o trabalho estudantil se encontra e de que a melhor expressão é, por um lado a inexistência de trabalho e por outro a existência de luta sectária, acente no chavão e em discursos que apareçam sobrepostos à realidade e se encontram desligados das motivações da maior parte das pessoas;
- porque só uma linha de intervenção que assente nos locais de trabalho e no concreto de cada situação e que consiga avançar na compreensão do grupo estudantil e suas contradições, e na elaboração de um programa de trabalho que emane da prática, permitirá combater o isolamento dos estudantes e da escola e por nas mãos destes armas que os tornarão aptos a compreender e a criar o seu próprio quotidiano.

Para isso devemos, neste momento, privilegiar como pontos fundamentais de discussão:

- o projecto do decreto-lei do MEC, que retira qualquer autonomia à escola, deslocando o centro de decisão da Assembleia de Escola e Assembleias de Cursos para a Comissão Directiva e MEC;
- cadeiras sociais que a C.D. pretende impor pelas costas dos estudantes, retirando qualquer controle destes sobre as mesmas. É importante a discussão sobre quais as cadeiras e os seus conteúdos, bem como a forma como irão ser dadas;
- a questão dos estudantes do 1º ano exigindo desde já a sua entrada, bem como todos os dados que existam e que sejam os próprios estudantes a decidir do seu futuro;
- ampla divulgação e informação sobre as lutas dos trabalhadores assim como a ampla elucidação no seio destes dos conteúdos e objectivos da luta estudantil anti-capitalista, desmistificando as calúnias que sobre ela lança o sector reformista.

Para que haja uma divulgação das lutas dos trabalhadores e uma ampla participação dos estudantes no M.E. torna-se necessária a criação de diversas estruturas a nível de base, de carácter:

- informativo, que divulguem as movimentações das classes trabalhadoras que forem aparecendo, não só a nível do curso como de toda a escola;
- cultural, que possibilitem um controle e uma participação dos estudantes nas secções culturais existentes na A.E.I.S.T. (Binómio, Sonora, Teatro, Fotográfica, ...) bem como noutras a criar a nível de curso.

Neste sentido, torna-se importante definir, dada a sua importância, o que entendemos pela Comissão de Curso. Assim:

A COMISSÃO DE CURSO

Deve ser a expressão organizada de Curso, o órgão privilegiado na luta contra o isolamento e a parcelização estudantil.

A Comissão de Curso deve ultrapassar claramente os moldes tradicionais como era entendida (mera subsidiária da A.E. ou "coajunção dos est. interessados em trabalhar") para se tornar uma organização de base que transfere os centros de decisão para o Curso, e que cria ela própria os campos de expressão cultural e política no quotidiano estudantil. Sendo não só uma estrutura coordenadora e encarregada de responder aos problemas imediatos do Curso, ela adquire o seu sentido máximo no enquadramento e perspectivação política desses problemas e na ligação da nossa existência escolar com o futuro papel do Técnico ao serviço do capital.

A definição das funções e do processo de constituição da C. Curso é tanto mais importante se atentarmos a que o abandono e afastamento dos estudantes relativamente ao trabalho de curso é em parte resultante da inexistência de C. Curso responsabilizadas perante este.

Assim, entendemos a organização e o funcionamento da C. Curso:

- como um núcleo responsabilizado perante o Curso a quem compete:
 - 1 - promover iniciativas e dinamizar todos os processos que interessam ao curso;
 - 2 - sintetizar as experiências recolhidas da luta do curso assim como de todas as que com ele se relacionam;
 - 3 - exercer funções de representação imediata do curso perante os órgãos de gestão da escola e em todas as situações que tal se revelar necessário;
 - 4 - submeter-se em toda a sua actuação à linha geral definida pela curso.
- como um núcleo responsabilizado que poderá ser alargado sempre que haja estudantes interessados em trabalhar e a R. Curso o ratifique, revogado em conjunto ou individualmente e que responda perante o curso pelo trabalho feito, bem como pela sua inexistência.

Este texto não pretende ser um programa completo para o trabalho nos cursos, mas divulgar a nossa perspectiva de organização destes, e servir de base a futuras discussões.

n.e.i.p.

